

## FAZENDAS DO INTERIOR DO BRASIL: ANÁLISE SOBRE A CONSERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Rosana S.B. Parisi<sup>1</sup>; Aline Prado Costa<sup>2</sup>; Gustavo Fardin Broglio<sup>3</sup>; Pedro Buscarioli Rogatto<sup>4</sup>; Fabrício de Souza Rodrigues<sup>5</sup>

<sup>1</sup> PUC-Minas campus Poços de Caldas, Rede Ibero-americana PROTERRA/Rede TerraBrasil, Poços de Caldas-MG; Brasil, rosanaparis84@gmail.com

PUC-Minas campus Poços de Caldas; Poços de Caldas-MG, Brasil, <sup>2</sup>alinep\_costa@hotmail.com; <sup>3</sup>gustavobroglio.au@gmail.com; <sup>4</sup>pedrobrogatto@hotmail.com; <sup>5</sup>fabricio\_rs101@hotmail.com

**Palavras-chave:** fazendas, interior, técnicas construtivas, resgate, disseminação

### Resumo

A região de São José do Rio Pardo, no interior do estado de São Paulo, no Brasil, fez parte do ciclo da expansão cafeeira ocorrido durante o século XIX. Nesse município, em particular, ainda restam exemplares de casas de fazenda em que foram empregadas técnicas de construção com terra e que resistem aos diversos tipos de modificações. Pretende-se nesse trabalho avaliar o estado de conservação das duas casas-sede das propriedades investigadas, a saber, a fazenda Tubaca e a fazenda Rio Claro, situadas no município mencionado; verificar as técnicas de construção com terra empregadas, o que delas restou e de que maneira, ao resgatá-las, é possível sensibilizar a comunidade do município e região sobre a presença do legado de técnicas de construção com terra remanescentes do período colonial. A ideia é que através da sensibilização a população, cada vez mais, conscientize-se sobre a importância da conservação de edificações que, além de contarem uma parte do processo de construção ocorrido no período de colonização do município, trazem de volta o emprego de técnicas de construção por vezes desconhecidas pela comunidade. Entende-se que seja fundamental para a valorização da identidade cultural e preservação da memória arquitetônica o resgate e a manutenção da história das técnicas de construção antigas, remanescente dos colonizadores portugueses.

### 1 INTRODUÇÃO

O quadro da arquitetura no Brasil possui como um dos principais marcos históricos o estilo colonial. Impulsionada pelo avanço da economia, através do cultivo cafeeiro a partir de meados do século XIX, a instalação de grandes fazendas no interior do Brasil tornou-se característica. Tais propriedades estabeleceram um padrão de construção através de três principais materiais: a pedra, a madeira e a terra.

Nascido justamente no período da expansão cafeeira em 1865, o município de São José do Rio Pardo abrigou algumas dessas fazendas que representam muito bem as técnicas construtivas desse período do século XIX, entre as quais se destacam a fazenda Rio Claro e a fazenda Tubaca, objetos de estudo e ponto de partida da presente análise. A importância da preservação das casas-grandes nessas propriedades vai além do valor pessoal que as mesmas representam para seus proprietários: as técnicas de construção empregadas são um legado dos colonizadores portugueses. Porém, a conscientização a respeito dessas técnicas, infelizmente é quase inexistente no país, fato que se repete quando se observa o referido município e sua região. O artigo aborda a análise das edificações e o estado atual dos materiais e elementos construtivos utilizados nas mesmas, bem como as técnicas de construção empregadas, em especial, o uso e as variações da taipa-de-mão encontrada nas duas fazendas. Por último, analisa como pode ser difundida a ideia de valorizar a memória riopardense através desses importantes exemplares de sedes de fazenda do período de expansão do cultivo do café.

## **1.1 Influências portuguesas e a adaptação da arquitetura das fazendas de café no estado de São Paulo**

Diversos autores no Brasil apontaram para as questões ligadas às influências recebidas pela arquitetura colonial brasileira, destacando-se, entre eles Lemos (1980 e 1999); Saia (1972); Bruno (1977); Reis Filho (1983) e Vasconcelos (1979). De acordo com Lemos (1989), citado por Benincasa (2003), as origens da arquitetura paulista- e de todo o resto da arquitetura brasileira- estão principalmente em Portugal e na oca indígena. Porém, esse mesmo autor afirma que as maiores contribuições dos portugueses dizem respeito às técnicas construtivas e aos aspectos formais das edificações. Ao abordar as adaptações ocorridas na arquitetura rural paulista, Benincasa (2003, p.87) comenta que:

O isolamento no qual vivia a Província paulista, a princípio, fez com que outras técnicas, como o uso da pedra, do adobe e mesmo da taipa de mão, encontradas comumente no Rio de Janeiro, em Minas ou nas Províncias do Sul, fossem menos utilizadas, mesmo depois da abertura de novas estradas e consequente facilitação da obtenção de outros materiais....

E mais adiante continua:

Tal situação perdurou até a segunda metade do século XIX, quando o aumento da produção do café inundou de riquezas a Província paulista, trazendo consigo novas formas de construir e morar. Vários fatores contribuíram para essa mudança: a vinda de mineiros, a chegada da ferrovia- que facilitou a importação de produtos industrializados da Europa- e o afluxo de um grande contingente de imigrantes europeus para trabalhar na lavoura cafeeira. Tudo isso fez com que se tornasse mais frequente o uso da taipa de mão e do tijolo, sendo então, cada vez menos utilizada, a taipa de pilão, principalmente nas frentes pioneiras da Província de São Paulo, abertas pelos fazendeiros para a ampliação dos cafezais, onde o barro socado praticamente inexistiu. Embora a técnica e o aspecto formal das edificações portuguesas tenham prevalecido, a planta da casa rural paulista foi se amoldando às necessidades locais

## **1.2 A fundação de São José do Rio Pardo e sua relação com as fazendas estudadas**

Nos primórdios, as terras que hoje pertencem ao município de São José do Rio Pardo eram de Casa Branca, um município distante 28,6 km. De acordo com Trevisan (1963, p.8),

achando deveras longa a distância daqui a Casa Branca, o fundador de São José, Coronel Antônio Marçal Nogueira de Barros, lembrou de reunir esforços dos fazendeiros locais, no sentido de erguer uma capela, onde se realizariam os principais atos da religião católica. Não é à toa que a região era alvo de forasteiros que por aqui passavam, região privilegiada pela natureza, cujo seio frutificava e jorrava o produto semeado, regada de nascentes e córregos afluentes do rio Pardo. Nada melhor para o plantio do café, que deixava para trás de si o solo depauperado da região do vale do Paraíba. De fato, as terras se tornaram propriedade de ricos senhores, possuidores de grandes plantações e números de escravos

Os proprietários das fazendas objeto de estudo do presente trabalho eram, respectivamente, o Coronel Vicente Dias, da Tubaca e Senhor Venerando Ribeiro da Silva, da Rio Claro, ambas localizadas na região Norte do referido município.

## **2 A FAZENDA TUBACA**

Comenta Menechino (1979), que a sede da fazenda Tubaca atual é contemporânea da fundação de São José do Rio Pardo, afirmação que pode ser comprovada pela inscrição na bandeira da porta, um costume que existia de se colocar nas bandeiras das portas das casas as iniciais do proprietário e a data de construção, conforme será possível observar através das figuras 1 e 2 a seguir. De acordo com Nobre (2001), a sede atual da Tubaca não é a primeira da propriedade. A primeira sede teria sido construída no início dos anos de 1810, próxima onde foi posteriormente implantada a casa do administrador da propriedade.

Porém, na casa em estudo, a inscrição encontra-se na bandeira da porta dos fundos, isto é, a porta da sala de jantar. O mesmo autor afirma que apesar de grande, a construção é sóbria, refletindo o caráter austero e simples da família produtora de café da época. A sede a que se refere o presente trabalho foi construída pelo Capitão Vicente Alves de Araújo Dias, fazendeiro oriundo de Cabo Verde-MG, que adquiriu a fazenda na Vila de Caconde, então pertencente à Comarca de Mogi-Mirim. Assim, na bandeira está escrito: TUBACA, e logo abaixo, 1870. A área da propriedade era de aproximadamente 750 alqueires e foi registrada em 31 de março de 1870 na Coletoria de Casa Branca.



Figura 1. a) Fachada frontal da sede da Tubaca; b) Porta com bandeira da sala de jantar da Tubaca. (Créditos: Mesquita, 2014; Parisi, 2015).

Ainda de acordo com Menechino (1979, p.10,11),

tudo girava em torno da sede, por isso todos os “acessórios” eram construídos próximos à casa. O terreiro, a tulha de café, o curral, a senzala, que nessa casa corresponde ao porão alto, e a despensa, que continuava o puxado começado pela cozinha encontravam-se articulados à imponente edificação. Em 1873, a pedido do capitão, o engenheiro Antônio Cândido Rodrigues fez a divisão e a distribuição da fazenda entre seus dez filhos. O capitão Vicente Dias (1825-1905) era casado com a senhora Lucinda Cândida Dias (1834-1906). Coube a Vicente Dias Júnior (1896-1933), um dos filhos, a sede da fazenda com mais 207 alqueires. Posteriormente, o senhor Vicente adquiriu de irmãos e cunhados outras partes de terra, chegando a 572 alqueires em 1926. O atual proprietário da fazenda é o senhor Eduardo Dias Roxo Nobre, neto do senhor Vicente e reside na propriedade há 55 anos com sua esposa, senhora Maria Olívia Roxo Nobre.

## 2.1. Análises: o programa, os materiais e as técnicas construtivas

Na obra denominada Casa Paulista, Lemos (1999) afirma que quase nada se sabe de positivo em relação ao programa que norteou a concepção da casa bandeirista rural (bastante semelhante a essa que é objeto da pesquisa). Para o autor, esse é um assunto instigante e intrigante, que leva a conjecturas variadas. Lemos afirma que

por mais de duzentos e cincoenta anos a planta e mesmo o partido arquitetônico da casa roqueira colonial da bacia do Tietê não tiveram alterações significativas, o que indica não ter havido mudanças no modo de morar, isto é, não terem ocorrido variações no programa de necessidades, o que indica, antes de tudo, uma estabilidade social em que as expectativas de ordem cultural mantiveram-se plenamente satisfeitas e imutáveis (p.21).

Lemos reitera: “por duzentos e cinquenta anos uma sociedade serra acima usando a mesma casa. Mesma casa e mesma técnica construtiva” (p.21).

Abordando os materiais e as técnicas construtivas presentes na Tubaca, pode-se afirmar que nas paredes externas da casa foram empregados tijolos queimados<sup>1</sup> de 0,17m de largura, fabricados na olaria que o Capitão Vicente implantou na própria fazenda, cujas peças levam as iniciais V e D, respectivamente, relacionando a obra com o seu proprietário, Vicente Dias. Já as paredes internas, foram executadas com taipa de mão ou pau a pique e possuem cerca de 0,15 m de largura. Como essa casa sede teve sua divisão interna modificada para que fosse adaptada às necessidades dos moradores e das relações sociais atuais, foram eliminadas alcovas ou, a essas foram dados novos usos, assim como foi aberto um acesso entre o corpo principal da casa e o porão alto, a antiga senzala, que abriga espaços de lazer da família e de recreação infantil. Possivelmente as telhas que cobrem a casa, do tipo capa e canal, tenham sido publicadas em uma olaria de alguma propriedade vizinha ou da região. Os demais materiais empregados foram extraídos na própria fazenda, onde eram trabalhados. No que se refere à estrutura de telhado e madeiramento da sede, a madeira da cobertura foi extraída junto às árvores da propriedade ou das redondezas, abundantes até hoje. Todos os alicerces dessa casa são de pedras irregulares, assentadas com argamassa de terra, com espessura média equivalente à 70 cm. Tais alicerces podem ser observados no porão alto, antiga senzala, como informado anteriormente, cujo uso foi adaptado pelos atuais proprietários. Esses alicerces e seus detalhes podem ser observados através da figura 2.

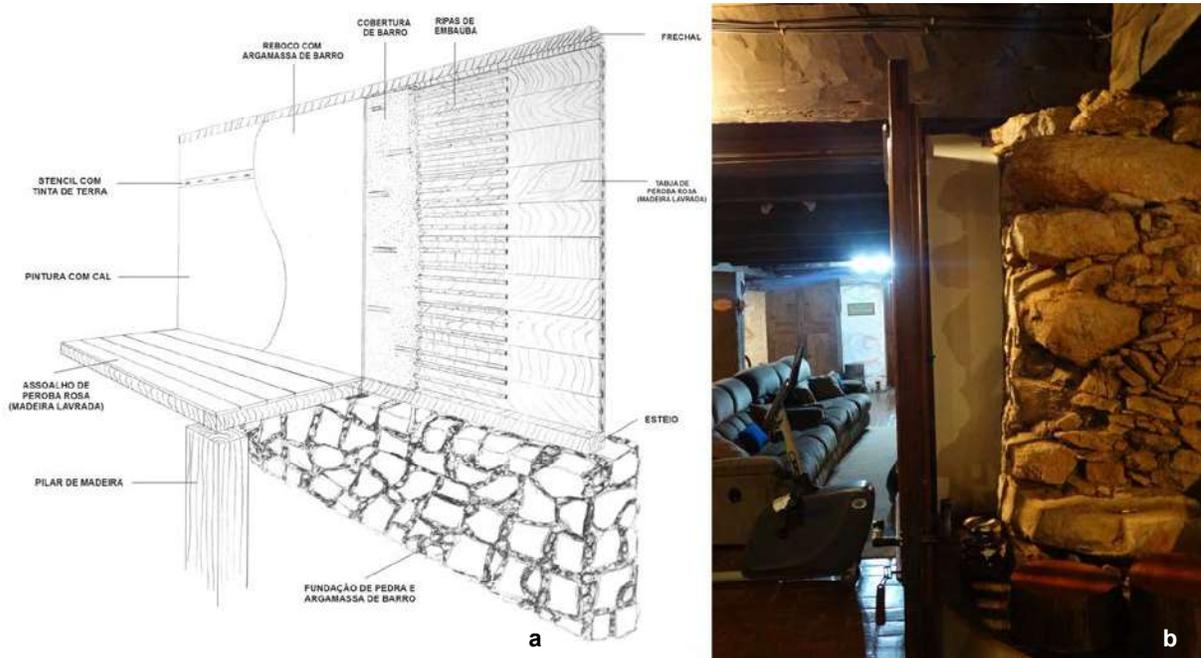


Figura 2. a) Os alicerces e a forma de concepção da taipa de mão e b) Os alicerces presentes no porão alto (antiga senzala) (Créditos: Broglio, 2016; Parisi, 2015).

Com pé direito variável, cuja altura tem de 1,50 m à 2,50 m, o referido porão alto possui as vigas de respaldo de madeira, com seção de 0,20 m por 0,20 m de espessura, nas quais estão apoiadas e encaixadas vigotas de dimensões iguais à 0,10 m por 0,10 m. As vigas se apoiam nos diversos pilares distribuídos pelo porão, que possuem seção variável de 0,27 m por 0,38 m de espessura, aproximadamente, pilares curiosamente apoiados em blocos maciços de pedra expostos sobre a superfície do piso, cujo “diâmetro” tem dimensão aproximada de 0,95 m. A estrutura original da maior parte da edificação, tem como piso tábuas de assoalho de peroba lavrada, com largura variando entre 0,19 m e 0,41 m e

<sup>1</sup> termo que caracteriza o tijolo cerâmico produzido em olaria rústica, usualmente encontrada em povoados e áreas rurais nos séculos passados para a fabricação tijolos, telhas, manilhas, painéis, vasilhames e artesanatos

comprimentos irregulares e variados, chegando até cerca de 4 metros de comprimento. No pavimento principal, como também já comentado anteriormente, as paredes externas são de tijolos cozidos e as paredes internas de taipa de mão ou pau a pique. A particularidade notada nessa construção é que as alterações realizadas ao longo de sua existência para as adaptações impostas pelos 'modus vivendi' das famílias, foram executadas com o emprego de alvenarias de tijolos cerâmicos queimados comuns. Possivelmente, ao serem realizadas as adaptações na edificação, nunca se tenha atentado para a questão do emprego das técnicas de construção originais. Talvez, pela praticidade do uso das 'técnicas modernas' ou pelo receio de serem introduzidas novas paredes de taipa de mão, ou ainda pela inexistência de profissionais que tivessem conhecimento da técnica de se construir com a taipa de mão ou pau a pique. Porém, ainda resta um grande número de paredes internas originais, de pau a pique. Outro fator que é considerado recente é que nos últimos cinquenta anos esse piso de assoalho vem periodicamente recebendo cera. Em todos os rodapés dessa casa empregou-se o cedro, da mesma forma que todas as folhas de portas, janelas e vidraças. Os batentes e caixilhos das janelas foram executados com o emprego de ipê e os forros de jequitibá, na maior parte da edificação. Somente nas dependências de serviço-cozinha e despensa houve o emprego do forro de taquara, padrão comum em edificações rurais herdado dos colonizadores mineiros.

No que diz respeito às paredes de taipa de mão ou pau a pique, todas foram erguidas com o emprego de tábuas de peroba afixadas no sentido vertical, variando-se a largura dessas tábuas, da mesma maneira que a das tábuas de piso mencionadas anteriormente. Tais tábuas são presas horizontalmente por ripas de palmito, dos dois lados, o que pode ser observado na figura 2a anterior. Essas possuem como dimensões de 0,02 à 0,025 de espessura e 0,04 metros de largura. O preenchimento dessas estruturas que originaram as paredes, era realizado simultaneamente por duas pessoas. Via de regra, a terra utilizada para a confecção da argamassa de pau a pique foi empregada a terra do próprio lugar.

### 3 A FAZENDA RIO CLARO

Também situada no município de São José do Rio Pardo, distante aproximadamente 6 km da Tubaca e 15 km da sede do município, a Fazenda Rio Claro localiza-se junto à estrada vicinal rural que segue para a antiga Estação Ferroviária de Venerando, na mesma direção espacial da Tubaca. Trinca (2015), afirmou em artigo denominado "São José antes de São José" que dentro de sua sesmaria, o capitão Alexandre Luiz de Mello, proveniente da Villa de Campanha, no Sul do estado de Minas Gerais, criou fazendas, a primeira delas chamada de Rio Claro e a outra Pouso Alegre, registradas em 1817. Anos depois, o mesmo capitão requisitou do governo monárquico outra porção de terras que ia do rio Fartura até o rio Guaxupé, o que fez com que recebesse a segunda Carta de Sesmaria em 1821. Também seus filhos Alexandre e Antônio Joaquim de Mello, na mesma época, por possuírem escravos e criação de gado, requereram uma sesmaria de duas léguas em quadra no sertão do rio Pardo, área onde encontra-se a Fazenda Rio Claro.

O Capitão Alexandre, que já possuía as fazendas Rio Claro e Pouso Alegre, em 1816 fez doação de parte de sua fazenda Rio Claro a seu filho Carlos Luiz de Mello, a fim de que o mesmo formasse seu patrimônio para que pudesse ser ordenado padre. A Igreja naqueles tempos exigia que os clérigos tivessem posses. Através de descendência, parentesco e herança, a propriedade acabou passando para as mãos do Sr. Venerando Ribeiro da Silva, e depois para seus genros e netos. Os últimos proprietários da mesma família, os senhores João Batista Ribeiro Nogueira e Célio Ribeiro da Silva, possivelmente por questões financeiras, acabaram vendendo a fazenda aos atuais, o senhor José Augusto Barretto e sua esposa, Dra. Eliza Martha de Paiva Barretto, fato ocorrido há cerca de dez anos.

Ao adquirirem a propriedade, hoje com 200 alqueires de terra, a casa grande encontrava-se praticamente em ruínas. A mesma foi reconstruída pelos atuais proprietários, preservando algumas de suas características mais expressivas: o formato da planta em "L" e suas dimensões, o pé direito, o caráter da rusticidade e/ou austeridade presente na edificação.

### 3.1. Outras análises: o programa, os materiais e as técnicas construtivas

Ao abordar as características marcantes presentes na sede da Fazenda Rio Claro, observa-se primeiramente que diferente da Tubaca, apenas as paredes longas da casa sede dessa fazenda, originariamente foram executadas com o emprego de tijolos queimados. Porém, não foi possível determinar se tais tijolos foram fabricados na própria fazenda. No que diz respeito às demais paredes, todas elas foram executadas com a taipa de mão ou pau a pique, cuja estrutura e sistema de preenchimento de argamassas variam em relação àqueles empregados nas paredes da sede da fazenda Tubaca. Autores como Lemos (1999) e Benincasa (2003) apontam que possivelmente, devido as grandes distâncias entre o núcleo urbano e a propriedade rural ou entre as propriedades rurais, fato majorado pela precariedade dos caminhos, acabou ocorrendo o surgimento de um programa peculiar e específico à casa rural brasileira, advindo da reelaboração da planta da casa rural portuguesa adaptado aos trópicos. No entanto, quando Benincasa (2003) comenta sobre a casa da Fazenda do Pinhal, localizada em São Carlos, pode-se perceber claramente as características que tenham ocorrido também nessa sede da fazenda Rio Claro:

a arquitetura paulista, então, já estava bastante alterada pela forte influência da arquitetura mineira, e esta casa demonstra a sua influência, a começar pelo modo de implantação no terreno, à meia encosta, aproveitando o desnível: a casa grande destaca-se no conjunto, com suas paredes brancas e janelas em vermelho queimado. As paredes do pavimento inferior são de pedra, bem como o embasamento- mas as paredes do pavimento superior, originalmente, foram executadas segundo a tradicional técnica mineira da taipa de mão, inclusive as externas (Benincasa, 2003, p.245).

Quando são observadas as fotografias disponibilizadas pelos atuais proprietários no período em que adquiriram a fazenda, observa-se, além da implantação à meia encosta, como descreve Benincasa (2003), sobre a casa da Fazenda do Pinhal, a presença das pedras em todo o pavimento inferior e a quantidade das paredes de taipa de mão no pavimento superior (principal), levando-se a acreditar que a Rio Claro é uma propriedade que recebeu fortes influências da arquitetura rural do Sul do estado de Minas Gerais, possivelmente ligadas também às origens mineiras de seus fundadores.

A particularidade dessa propriedade analisada já foi apontada anteriormente, no que diz respeito às paredes externas. Percebe-se nessa casa grande em formato de L, que nas paredes longas houve o emprego de tijolos queimados. Observa-se ainda que as paredes de pedra externas do pavimento inferior tenham sido conservadas. Porém, com a reforma empreendida pelos atuais proprietários, as paredes internas desse mesmo pavimento, onde anteriormente, possivelmente tenha ocorrido o emprego de pedra ou taipa de pilão, foram reconstruídas com tijolos cerâmicos convencionais. Também as vigas de embasamento, anteriormente de madeira, foram substituídas pelo “moderno” concreto armado. No pavimento principal, infelizmente em decorrência do abandono, quase que o total das antigas paredes de taipa de mão foi reconstruída, porém em alvenaria convencional de tijolo cerâmico. Restou apenas uma única parede de taipa de mão, que pode ser contemplada e analisada como divisória, que para os proprietários é uma parede testemunho de um passado remoto dessa edificação. Também se pode perceber que na reconstrução do madeiramento, da cobertura e do forro atuais, os proprietários procuraram seguir fielmente o padrão encontrado nos resquícios da antiga sede. Interessante observar através da figura 3, além do conjunto de paredes que eram originalmente de taipa de mão, a permanência de um paredão de pedra paralelo à parede do fundo da edificação atual, que foi deixado desarticulado da construção, onde possivelmente havia um forno em um pequeno terraço contíguo à antiga cozinha. Como já comentado há várias razões que possam ter levado os proprietários das duas fazendas a optarem por reformas com as “ditas” técnicas modernas de construção.



Figura 3 a) Detalhe da taipa de mão/pau a pique da Fazenda Rio Claro; b) O que restou da construção quando foi adquirida pelos atuais proprietários (Créditos: Parisi, 2015; Barreto, 2004)

#### 4 MECANISMOS PARA CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Diante do estudo realizado pelo presente trabalho, surgiu um importante questionamento: como incentivar mecanismos para conscientização e preservação? O que fazer para que o legado herdado dos colonizadores portugueses possa ser conhecido e valorizado como elemento constituinte do patrimônio cultural, seja local, regional, estadual ou nacional? Desta forma, buscaram-se referências de trabalhos ou experiências onde a questão da preservação e da valorização do patrimônio construído, em especial do patrimônio vernáculo, com o emprego da terra possa servir de exemplo para ações locais que envolvam tanto a conscientização quanto a preservação.

Com muita clareza, Rodrigues (2008, p.9), comenta:

a visão de que as comunidades devem conservar os objetos e monumentos históricos, tem sido tradicionalmente aceita e respeitada, sem que se examine, com maior profundidade, suas razões. A ausência desse aprofundamento decorre da carência de mecanismos que possibilitem uma interação maior entre as comunidades e os órgãos de proteção. Outro segmento que merece igual atenção é o dos conservadores, profissionais que atuam na área de preservação patrimonial, que muito poderiam contribuir para ampliar o diálogo entre as comunidades e as instituições, considerando-se sua participação em todo o processo de restauro. Através dessa aproximação será possível perceber, com maior nitidez, os valores atribuídos pela população ao patrimônio material e imaterial de sua localidade e, ao mesmo tempo, estabelecer uma discussão em que esses valores, somados a outras informações de caráter científico, histórico, estético, conceitual, técnico, etc., proporcionem trocas e permitam conclusões que possam servir como referência para a formulação e a execução de novas propostas de atuação.

No caso das duas casas-grandes analisadas, verifica-se de forma clara que no que concerne à Tubaca há sim por parte dos proprietários uma consciência da importância da fazenda e de sua sede para a história do município. No entanto, parece que não perceberam ainda que a conservação poderia e pode ser realizada com as técnicas de construção originais. Tal questão pode ser explicada por alguns fatores: a ausência de profissionais que conheçam e atuem como conservadores ou restauradores de obras de terra, o desconhecimento de que o emprego das técnicas de construção originais pode colaborar para a manutenção e para o prolongamento da “vida” da edificação.

No que diz respeito à sede da Fazenda Rio Claro, o primeiro fator anteriormente elencado ganha ainda mais peso, quando se observa que a edificação foi toda reconstruída com as denominadas “técnicas modernas”, restando apenas uma parede-testemunho daquilo que no passado fora utilizado. Reforçando a análise de Rodrigues (2008), Marques de Carvalho e outros (2015, p.9 ) afirmam que

a taipa de mão é uma manifestação dos saberes e técnicas empregadas na construção de edificações residenciais em muitas regiões do país. Conhecer e perpetuar a técnica e o “saber fazer” é uma forma de preservá-la, como parte do patrimônio imaterial ou intangível brasileiro e mundial.

Por essa razão, entende-se que ações possam ser realizadas no sentido de que a comunidade e os proprietários não só dessas edificações, mas também de outros exemplares que ainda resistem às ações do tempo ou dos homens, possam ser desencadeadas, protagonizadas seja por pesquisadores, por técnicos e construtores de obras de terra, com o apoio de instituições de ensino infantil, fundamental e superior, organismos e/ou Conselhos de Patrimônio, assim como de grupos, associações ou entidades do terceiro setor interessadas.

Em termos da região onde o presente trabalho foi realizado, mais especificamente nas cidades de Amparo e Monte Alegre do Sul, distantes respectivamente 163 e 173 km de São José do Rio Pardo, foram encontrados modelos de atuação em prol da conscientização e preservação muito interessantes<sup>2</sup>. Desde 2004, depois do lançamento do livro denominado “Apontamentos para a história de Monte Alegre do Sul” (Lima, 2004) foi fundada, espontaneamente, a “Associação Pró Memória de Monte Alegre do Sul”, com a intenção de promover ações que desencadeassem a preservação de exemplares remanescentes edificados por colonizadores da região italiana do Vêneto e do Trentino, que até 1919 pertecera à Áustria ou, ao menos, a conservação dos mesmos. Tal associação, desde 2008, transformou-se em uma Organização Não-Governamental (ONG) e conseguiu, em 2011, estabelecer um pequeno marco para a localidade, inaugurando um significativo museu denominado “Museu do Projeto Pró-Memória de Monte Alegre do Sul”. Coli (2011), em matéria publicada pelo Centro de História da Arte e Arqueologia, afirma que “o museu é concebido do modo rigoroso e claro”. As técnicas mais diversas, o papel das ordens, os elementos cromáticos, as funções de uso, são ilustrados não apenas por fotos, mas por fragmentos recuperados de edifícios demolidos. O conjunto não apenas informa, mas desperta a consciência pela preservação entre os visitantes, e é um admirável meio didático para as escolas.

Complementando o museu, Lima (2011) publica o volume “Passeios da Memória”. Diferente dos inventários editados pelos órgãos públicos de preservação, que se limita a uma lista seca de bens tombados, o guia analisa, informa e explica, de maneira rigorosa”. Coli (2011, p. 1) também aponta para o fato de que:

até agora tem-se pouca noção do que significa um guia feito com parâmetros científicos. Exemplos como o dos numerosos volumes da Guida del Touring Club, na Itália, mítica e antiga coleção de capa vermelha, verdadeira enciclopédia detalhada de todos os monumentos italianos, obra rigorosa e de referência, ou dos guias publicados pela AIA americana, até agora não encontraram equivalentes no Brasil.

O museu de Monte Alegre incentiva a visita por parte das escolas locais, principalmente de alunos de 9 até 14 anos de idade. Promove também oficinas e expedições “histórico-arqueológicas” pela cidade e zona rural com esses mesmos alunos, com o intuito de que conheçam mais de perto os locais onde houve, no passado, o estabelecimento dos colonizadores e imigrantes. Em tais eventos, produzem-se pequenos exemplares de taipa

---

<sup>2</sup> Nos dois casos, a figura do Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima tem função de destaque. Esse profissional, historiador, arquiteto e professor universitário vem, há anos, encabeçando trabalhos didáticos e possivelmente de importante significado para as duas localidades, ainda que em Monte Alegre tenham sido transformados em práticas mais efetivas.

de mão e de taipa de pilão, que estiveram presentes nas edificações do local, assim como maquetes com os dois tipos de técnica e pequenas edificações de pedra, muito características da região. Ao mesmo tempo, produzem também desenhos de edificações urbanas ou rurais e, a partir desses, xilogravuras que acabam transformando-se em estampas de camisetas e sacolas. Esse conjunto de ações culminou com a publicação de um livro paradidático, utilizado nas escolas públicas da rede municipal de ensino, publicado por uma editora denominada Noovha América no ano de 2006. Cada escola municipal recebeu vinte exemplares desse livro, cujos elementos da história arquitetônico-urbanística-social local estão presentes em atividades de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Artes. Dessa forma, acredita-se que, tanto o aprimoramento do olhar, da conscientização e da memória tornam-se mais presentes na vida e na atuação futura dessas crianças e adolescentes. Certamente esse é um caminho interessante que poderá inspirar mudanças de atitudes e práticas efetivas para a conscientização, preservação e conservação daquilo que restou do patrimônio edificado em terra em São José do Rio Pardo e, por que não, para outros municípios da região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta a velocidade em que se deu o impulso ao desenvolvimento tecnológico no mundo contemporâneo, que fez com que, de certa forma, muitos esquecessem o passado, seus valores, suas raízes e suas significativas lições, há que se empreenderem novas formas de conscientizar, de conservar e de preservar.

Verifica-se que, nesse mundo em que a sociedade está praticamente toda conectada em rede, configurando-a com artifícios antes desconhecidos e não utilizados, necessitam-se criar relações de cooperação e interdependência para se sobreviver.

Em alguma medida, essa é a lição que a reflexão sobre o resgate das técnicas tradicionais e vernáculas pode deixar: torna-se fundamental e necessário o conhecimento, primeiramente das técnicas e, em seguida, das formas de aplicá-las, de ensinar ou de incentivar suas aplicações de maneira correta. Deve-se, contudo, deixar claro que essas técnicas necessitam, para sua materialização, da garantia de que haja cooperação e interdependência entre os “atores” envolvidos durante os vários processos: de reconhecimento e de resgate das formas de construir vernáculas ou tradicionais, que fazem parte do legado deixado pelos colonizadores portugueses e mineiros, de conscientização e disseminação dessas histórias e técnicas dentre os membros das comunidades, de ensinamentos, acompanhamento de técnicos experientes para a supervisão e orientações que se fizerem necessárias durante execução das obras em que houve o emprego da terra, sejam de restauração, reconstrução ou manutenção.

Por isso mesmo e mais do que nunca, a estratégia para o envolvimento das comunidades deve ser instigada de formas diversas: sejam em oficinas de aprendizado e sensibilização, para a compreensão das técnicas de construção presentes em cada obra, sejam em atividades lúdicas de desenho e apreensão do significado dos exemplares remanescentes nas cidades ou em seus diversos sítios e fazendas, seja no “descobrimento” da história local através dos livros paradidáticos, a exemplo do que tem sido realizado em Monte Alegre do Sul, ou através do apoio midiático de jogos, vídeos, programas desenvolvidos especificamente para esse fim, por meio de linguagens virtuais, instigando novas formas de percepção e aprendizado.

Como bem lembra Correia (2006, p.18)

o equilíbrio na construção com terra entre o passado e o presente, entre a história e a arquitetura e entre a arqueologia e engenharia, entre o patrimônio tangível e o intangível, possibilita uma interação essencial no processo de desenvolvimento do conhecimento cultural. Assim sendo, a preservação do patrimônio natural e cultural é um contributo fundamental para a preservação da diversidade e singularidade humanas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benincasa, V. (2003). Velhas fazendas. Arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara. 1830-1930. São Paulo e São Carlos: Imprensa Oficial SP e EdUFSCAR,
- Bruno, E. S. (1977). O equipamento da casa bandeirista. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, Prefeitura Municipal de São Paulo
- Coli, J. (2011). Museu do Projeto Pró-Memória em Monte Alegre do Sul. Centro de História da Arte e Arqueologia. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/robertopastana.php> . Acesso em 16/06/2016.
- Correia, M. (2006). Universalidade e diversidade da arquitetura de terra. Em: 10ª Mesa Redonda de Primavera- Terra: Forma de Construir. Arquitetura. Antropologia. Arqueologia, p. 12-19. Porto: Editora Argumentum; Universidade do Porto; Escola Superior Gallaecia de Ensino Universitário
- Lemos, C. A. C (1999). Casa paulista. São Paulo: EDUSP
- Lemos, C. A. C (1980). História da casa brasileira. São Paulo: Contexto, p. 10.
- Lima, R. P. T (2011). Monte Alegre do Sul-Passeios pela memória, São Paulo: Editora Foca
- Lima, R. P. T (2004). Apontamentos para a história de Monte Alegre do Sul, São Paulo: São Paulo: Editora Foca, 153 páginas.
- Marques de Carvalho, R; Miranda, C. S.; Souza, J. A. S.; Macêdo, A. N.; Bessa, B. T. (2015). A preservação do “saber fazer”. A taipa de mão do “Canto do Sabiá”. ArquiteXtos 179.06.Patrimônio. Ano 15. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteXtos/15.179/5533> Acesso em 17/6/2016
- Menechino, L. A. P. (1979). Sede da fazenda Tubaca: Análise do conforto térmico. Trabalho apresentado para a conclusão da Disciplina de Conforto Térmico do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura do Instituto de Arquitetura da Universidade de São Paulo, Campus São Carlos. São Carlos
- Nobre, E. D. R. (2001). Capitão Vicente e seus descendentes. São José do Rio Pardo: Edição do Autor
- Reis Filho, N. G. (1983). Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva
- Rodrigues, R. (2008). Caderno de conservação preventiva e preservação arquitetônica. Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva: Disponível em: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=5](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=5) Acesso em 25/05/2016.
- Saia, L.(1972). Morada paulista. São Paulo: Perspectiva
- Trevisan, A. F. (1963). Capela de São José do Rio Pardo. Livro de Atas das Reuniões dos Fundadores 1865/1874. Vargem Grande do Sul: Tatoni & CIA.
- Trinca Filho, L. (2015). São José dentro de São José. Artigo publicado em jornal “Cidade Livre” em 21 de janeiro de 2015. Disponível em <http://cidadelivredoriopardo.com.br/materia/172/2/S%C3%A3o-Jos%C3%A9-antes-de-S%C3%A3o-Jos%C3%A9.htm>. Acesso em 20/06/2016.
- Vasconcellos, S.(1979). Arquitetura no Brasil. Sistemas construtivos. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos proprietários das Fazendas Tubaca e Rio Claro, que muito contribuíram, não só possibilitando as visitas realizadas, assim como disponibilizando fotografias, fornecendo informações e referências bibliográficas que foram fundamentais para o trabalho desenvolvido. Também agradecem a significativa colaboração do Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima e da Sra. Cândida Truzzi, responsável pela administração do Museu da Associação Pró-Memória de Monte Alegre do Sul. Agradecem ainda os Arquitetos Luís Antônio Parreiras Menechino e Thales Marin por suas relevantes contribuições durante o trabalho. Por último, agradecem ao apoio da PUC-Minas, campus Poços de Caldas, em especial das Coordenações de Pesquisa e de Extensão, além do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

## **AUTORES**

Rosana Soares Bertocco Parisi, Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, Mestre em História da Cidade e do Urbanismo, Arquiteta e Urbanista, Membro das Redes Proterra e TerraBrasil, Professora Adjunta IV e Coordenadora de Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas, MG

Aline Prado Costa, Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas, Voluntária do Projeto FIP 10364-1S “Digitalização de acervos de jornais antigos de Poços de Caldas e região: história, memória e fatos urbanos revisitados”, membro do Grupo de Pesquisa Estudos Alternativos para o Ambiente Sustentável, do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Fabício de Souza Rodrigues, Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas, Voluntário do Projeto FIP 10364-1S “ Digitalização de acervos de jornais antigos de Poços de Caldas e região: história, memória e fatos urbanos revisitados”, membro do Grupo de Pesquisa Estudos Alternativos para o Ambiente Sustentável, do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Gustavo Fardin Broglio, Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas, Bolsista do Projeto FIP 10364-1S “Digitalização de acervos de jornais antigos de Poços de Caldas e região: história, memória e fatos urbanos revisitados”, membro do Grupo de Pesquisa Estudos Alternativos para o Ambiente Sustentável, do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Pedro Buscariolli Rogatto, Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas, Voluntário do Projeto FIP 10364-1S “Digitalização de acervos de jornais antigos de Poços de Caldas e região: história, memória e fatos urbanos revisitados”, membro do Grupo de Pesquisa Estudos Alternativos para o Ambiente Sustentável, do Curso de Arquitetura e Urbanismo.